

Carta sai na próxima semana

por Luci Moraes
de São Paulo

A redação final da carta de intenções, que servirá de base para um acordo de ajuste do tipo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI), deverá ser concluída até o início da próxima semana e, em seguida, será entregue ao organismo. A afirmação é do secretário Nacional de Planejamento, Pedro Pullen Parente, que assegurou o fato de o documento estar praticamente pronto. "Faltam apenas questões de natureza técnica, como a determinação da sazonalidade do Balanço de Pagamentos e do seu impacto sobre a política monetária", explicou.

Destacando que a sociedade se tranquilizaria se o Fundo desse seu parecer até o dia 18 de dezembro, quando o "board" da instituição entra em férias. Parente ressaltou que, em termos práticos, para a política macroeconômica não haveria diferença caso a resposta seja dada apenas no início de janeiro. "O importante é não criar expectativas quanto aos prazos", complementou.

Confiante na aprovação da proposta

brasileira, que será examinada, durante quinze dias, por uma equipe técnica, para depois ser submetida ao "board" do Fundo, Parente diz que o teor dos compromissos assumidos pelo Brasil permanece o mesmo dos já divulgados anteriormente. Como exemplo citou a previsão de uma trajetória descendente da inflação no ano que vem, que deverá atingir, em 1993, a taxa anual dos 20%, e a geração de um superávit primário da União de 2,4% e de 0,6% do PIB pelos estados e municípios, em 1992.

O secretário nacional do Planejamento não considera ameaçadas as metas que integram a carta de intenções brasileira por uma possível rejeição no Congresso Nacional do projeto de reforma tributária enviada pelo Executivo, e que, segundo estimativa do secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, geraria uma receita adicional para a União de US\$ 6 bilhões a US\$ 8 bilhões. "Estamos acompanhando de perto a apreciação das medidas pelo Legislativo e já tivemos uma certeza de que estão garantidos os recursos mínimos para a implementação do programa estabelecido pelo governo", assegurou.